

**Perfil social e caracterização da produção agrícola no acampamento  
Lajeiro, em Messias, Alagoas****Social profile and characterization of agricultural production in the  
Lajeiro camp in Messias, Alagoas**

DOI:10.34117/bjdv5n10-228

Recebimento dos originais: 10/09/2019

Aceitação para publicação: 18/10/2019

**Adriane Caroline de Araújo Silva Carvalho**

Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Alagoas  
Centro de Ciências Agrárias – Universidade Federal de Alagoas  
Br 104, s/n, Rio Largo, AL  
e-mail: adriane.carolina.ac@gmail.com

**João Manoel da Silva**

Mestre em Ciências (Agricultura e Biodiversidade) pela Universidade Federal de Sergipe  
Rede Nordeste de Biotecnologia  
Avenida Lourival Melo Mota, s/n, Maceió, AL  
e-mail: joao.manoel@iqb.ufal.br

**Tania Marta Carvalho dos Santos**

Doutora em Microbiologia Aplicada pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita  
Filho  
Centro de Ciências Agrárias – Universidade Federal de Alagoas  
Br 104, s/n, Rio Largo, AL  
e-mail: tmcs@ceca.ufal.br

**Conceição Maria Dias de Lima**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco  
Universidade Estadual de Alagoas  
Campus Santana do Ipanema/AL  
Rodovia Br 316, km 87,5, s/n, Bebedouro, Santana do Ipanema, AL  
e-mail: ceicadidas@yahoo.com

**Jakes Halan de Queiroz Costa**

Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas  
Centro de Ciências Agrárias – Universidade Federal de Alagoas  
Br 104, s/n, Rio Largo, AL  
e-mail: jakes.jakes@gmail.com

**RESUMO**

Nas últimas décadas, o cenário agrícola alagoano tem sido caracterizado pela monocultura canieira. Nesse aspecto, a agricultura familiar tem perdido visibilidade, especialmente no que concerne à assistência e extensão rural, para que os acampamentos apresentem maior

desenvolvimento e empoderamento no meio rural e produtivo. No Brasil, embora os meios de comunicação sempre exponham o agronegócio à frente do cenário da produção agrícola, a agricultura familiar, por sua vez, exerce uma atuação socioeconômica de alta relevância, uma vez que é responsável por uma grande parte da produção de alimentos, além de prover alimento e renda para acampamentos e assentamentos rurais. Ademais, esse segmento apresenta uma grande diversidade de espécies produzidas. Diante disso, objetivou-se por meio desse estudo avaliar o perfil social e a produção agrícola no Acampamento Lajeiro, localizado no município de Messias, Alagoas. Assim, foi observado que o acampamento é produtor, especialmente, de produtos para subsistência, sendo encontradas culturas características da região. Também é observada a carência de assistência, o que enfraquece a possibilidade de geração de renda.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, produção agrícola, extensão rural.

## **ABSTRACT**

In recent decades, the Alagoas agricultural scenario has been characterized by sugarcane monoculture. In this respect, family agriculture has lost visibility, especially with regard to assistance and rural extension, so that the camps have greater development and empowerment in the rural and productive environment. In Brazil, although the media always exposes agribusiness ahead of the scenario of agricultural production, family agriculture, in turn, exerts a highly relevant socioeconomic performance, since it is responsible for a large part of food production, besides provide food and income for camps and rural settlements. In addition, this segment presents a great diversity of species produced. Therefore, this study aimed to evaluate the social profile and agricultural production of the Lajeiro camp, located in the municipality of Messias, Alagoas. Thus, it was observed that the camp is a producer, especially of subsistence products, being found cultures characteristic of the region. The lack of assistance is also observed, which weakens the possibility of income generation.

**Key words:** Family farm, agricultural production, rural extension

## **1 INTRODUÇÃO**

A ausência de acesso à terra pelos trabalhadores rurais pobres é um problema que tem persistido no Brasil e em muitos países em desenvolvimento. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta uma desigualdade expressiva no meio rural.

Segundo Costa e Fernandes (2012) no Brasil dois polos são destacados no processo de desenvolvimento rural: o dos agricultores que desenvolvem a denominada agricultura empresarial, tradicionalmente dirigida para o agronegócio, apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o dos que compõem a categoria dos agricultores familiares, incluindo-se os agricultores que exploram lotes em assentamentos de reforma agrária. No estado de Alagoas os focos recaem sobre a agroindústria canavieira e a produção de alimentos via pequenos produtores rurais - agricultores familiares ou assentados.

Os acampamentos de trabalhadores rurais têm sido um importante instrumento de luta pela conquista da terra. Eles fazem parte da estratégia de luta, que, para alguns teóricos, é o que diferencia o MST (Movimento Sem Terra) de outros movimentos sociais do campo (MEDEIROS, 2003). Na maioria das vezes, os acampamentos são construídos na própria área que se pretende transformar em assentamento. Esses acampamentos são considerados cidades de barracos de lona, tendo como referência o material e o tipo de habitação que são utilizados nessa manifestação social. Segundo Figueiredo et al. (2014), cada um deles demanda estratégias de sobrevivência diferentes, mas todos visam explicitar a luta, pressionar governos e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra.

Agricultura familiar é entendida como o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, e propriedades médias ou grandes (PORTUGAL, 2004).

De acordo com CAPORAL (2007), a agricultura de tipo familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos e pela existência de um particular tecido social rural, capaz de favorecer processos de construção de novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Esta agricultura familiar justifica a presença de serviços públicos de ATER, dadas as suas necessidades objetivas e a sua importância socioeconômica, com destaque para o seu papel preponderante em estratégias de promoção de agriculturas diversificadas e ecológicas, capazes de contribuir, decisivamente, para a segurança e soberania alimentar da nossa população.

Estima-se que cerca de 70% da comida que chega às mesas das nossas casas é proveniente da agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Além disso, impulsiona economias locais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção (EMBRAPA, 2018).

O cenário de desigualdade no meio rural é uma realidade histórica no estado de Alagoas. Um importante indicador que expõe o grau de concentração de terras é o Índice de Gini da estrutura agrária. Quanto mais perto este índice está de 1, maior a concentração. Em 2006, Alagoas apresentou o pior índice dos estados brasileiros, com o valor de 0,871. Analisando a série histórica, percebe-se que este indicador apresentou crescimento, ou seja,

uma tendência de maior concentração de terras. Em 1985 o valor foi de 0,858 e em 1995 passou para 0,863.

No Estado de Alagoas, a situação dos acampamentos rurais é de miséria e pobreza, necessitando de planos de incentivo à produção agropecuária, assistência técnica e educação de qualidade. Diante disso, objetivou-se por meio desse estudo, traçar o perfil social e caracterizar o cenário da produção agrícola no acampamento Lajeiro, localizado no município de Messias, Estado de Alagoas.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no Acampamento Lajeiro, no Município de Messias, localizado na Zona da Mata Norte do Estado de Alagoas, limitando-se ao Norte com o município de Murici e ao Sul com o município de Rio Largo.

Foram estudadas 30 famílias do acampamento em estudo, utilizando-se de dados qualitativos e quantitativos obtidos a partir de observações promovidas em visitas ao local. Sendo assim, realizou-se uma primeira leitura para uma verificação das informações que deveriam ser coletadas e acrescentadas. Posteriormente, foram escolhidas aleatoriamente 30 famílias, as mesmas foram entrevistadas e responderam a um questionário semiaberto, tendo como base um roteiro de perguntas, com o objetivo de definir um diagnóstico dos acampados, além de conhecer o histórico e o perfil dos mesmos. Os dados foram tabulados e organizados em tabelas.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Acampamento Lajeiro abriga famílias advindas da cidade de Messias e de outras cidades vizinhas, como Rio Largo e Murici, por exemplo. Foi observado que maior parte dos acampados entrevistados era do gênero masculino (51%), enquanto 49% eram do gênero feminino. Tais resultados se aproximam de resultados obtidos em diversos outros estudos sobre a realidade rural brasileira, em que predomina a figura masculina, evidenciando a existência de uma estrutura patriarcal, principalmente em áreas do setor canavieiro nordestino, em que redundam na não participação das mulheres em vários processos decisórios do cotidiano (COSTA, 2016).

Quanto a distribuição dos acampados com relação a faixa etária, nas famílias consultadas predominavam pessoas com idade entre 51 e 60 anos (27%), 15% tinham entre 41 e 50 anos, 15% tinham entre 31 e 40 anos, 12% tinham entre 21 e 30 anos, 23% tinham entre

11 e 20 anos, 7% tinham entre 0 e 10 anos e apenas 1% tinha 60 anos ou mais. Sendo assim, observa-se que o acampamento possuía uma quantidade considerável de pessoas jovens, que representam preocupações em relação ao futuro.

Com relação à quantidade de membros por família, 17% das famílias possuíam mais de 6 membros, 23% possuíam 5 membros, 20% possuíam 4 membros, 17% possuíam 3 membros, 13% possuíam 2 membros e 10% possuíam 1 membro. Concernente à composição da renda familiar, pode-se observar que todas as famílias entrevistadas compunham sua renda mensal com base nas vendas do que era produzido, porém, 19% possuíam trabalho externo e 17% possuíam algum benefício do governo, como por exemplo bolsa família e aposentadoria.

Cabe ressaltar que os dados sobre a composição da renda mensal familiar se aproximam de resultados observados em outras áreas com experiências de reforma agrária em Alagoas a exemplo do registrado por Costa e Fernandes (2012), situações em que a complementação de renda, via aposentadoria, se fazia necessária para a reprodução familiar, bem como a participação em programas governamentais, tipo “Bolsa Família”, além, da busca por atividades fora das áreas de assentamentos ou acampamentos, para complementação da renda familiar. A constatação do desenvolvimento de atividade rural não agrícola, via produção artesanal de bijuteria, com matéria prima oriunda do campo, revela que a pluriatividade se fazia presente no cotidiano de entrevistados e representava uma alternativa de reprodução social e econômica (SCHNEIDER, 2003) e sobrevivência dentre famílias pesquisadas.

Observou-se que uma grande parte dos acampados precisou interromper os estudos decorrente à busca por melhores condições de vida, sendo assim, nota-se que grande parte dos acampados encerrou os estudos no ensino médio (28%), 8% dos entrevistados tinham o ensino médio incompleto, 14% tinham o ensino fundamental II, 28% fizeram até o ensino fundamental I e 22% se declararam como analfabetos. Tal quadro, contribui para a existência de dificuldades no dia a dia de cada um deles, uma vez que a escolaridade tem uma influência na vida das pessoas, comprometendo o seu ser e estar. Costa (2016) aponta que o baixo grau de escolaridade contribuía para limitar a autonomia, o empoderamento e a liberdade de ação de assentados, acampados e familiares, dificultava, limitava ou impedia a regularização dos lotes nos processos de reforma agrária, bem como o acesso às políticas governamentais.

Tal quadro compromete a liberdade e a dignidade dos acampados e familiares, contribui para reforçar as relações de subordinação e dependência no campo. Relações que se refletem nos planos econômico e social, que se expressam na dificuldade de acesso ao crédito,

acesso a assistência técnica e extensão rural, na dificuldade de organização e vivências cooperativas, na luta pelos direitos fundamentais a educação, saúde, segurança etc.

Todos os entrevistados afirmaram que as condições de acesso (estradas) eram péssimas, atrapalhando o deslocamento, influenciando na comercialização da produção e dificultando o acesso à postos de saúde, supermercados e escolas. Tais resultados caminham juntos com os obtidos por Costa e Fernandes (2012), Sá (2010), Araújo e Bezerra (2010) e Costa (2016) em pesquisas semelhantes.

No processo de decisão sobre o que produzir no acampamento pelos entrevistados, foi considerado a tradição familiar (60%) e a atividade renderia um maior retorno (40%). A troca de experiências entre si e as ajudas entre eles eram utilizadas para superar a ausência de assistência técnica na área. Segundo Costa (2016), as condições existentes em áreas de reforma agrária comprometem os processos de produção dos assentados, bem como a qualidade de vida deles.

A partir do estudo, observou-se que o exercício de solidariedade é comum em situações de dificuldade, em relação a realização de atividades agrícolas como em situações de doença, de falta de recursos para algumas atividades, na guarda de filhos em ausências dos pais em emergências. Espelham as práticas de reciprocidade previstas por Sabourin (2011, 2008). O quadro denota a existência de dificuldade no desenvolvimento de papéis enquanto protagonistas individuais e sobre participação e uso de ferramentas coletivas (formais ou informais) que possibilitem o equacionamento e/ou solução dos problemas junto às instituições públicas, consoante o visto por Costa e Fernandes (2012).

Os agricultores entrevistados no Acampamento Lajeiro, exploram diversas culturas (Tabela 1). Alguns agricultores entrevistados possuíam criação de alguns animais, como por exemplo: aves (33%), caprinos (10%) e bovinos (7%).

Tabela 1 – Culturas desenvolvidas no Acampamento Lajeiro, Messias – AL, 2017.

CULTURAS	% DE PRODUTORES
MACAXEIRA	100
BANANA	66,66
CAJU	10
BATATA-DOCE	83,33
AMENDOIM	20
LARANJA	43,33
ABACAXI	86,66
INHAME	86,66
FEIJÃO-VERDE	66,66
MILHO	33,33
MAMÃO	23,33
LIMÃO	30
MELANCIA	36,66
CANA CAIANA	6,66

Boa parte da produção do acampamento Lajeiro, aproximadamente 75% era destinada à comercialização na feira livre da cidade de Messias e a outra parte, aproximadamente 25%, para o autoconsumo. Os entrevistados relataram que sofreram grande perda na produção de algumas culturas por conta das fortes chuvas de 2017. Segundo eles, a macaxeira foi a cultura mais afetada, por causa do encharcamento do solo, que favorece o apodrecimento das raízes.

As sobras da comercialização eram levadas de volta ao acampamento. O que estivesse em boas condições servia para autoconsumo e doações, enquanto o restante era utilizado para alimentar os animais. No Acampamento Lajeiro não havia beneficiamento ou armazenamento da produção, sendo assim, tudo o que era produzido era comercializado após a colheita ou consumido por eles.

#### 4 CONCLUSÕES

O estudo do perfil social revela que o acampamento possuía caráter patriarcal, como também uma composição jovem, embora ainda enfrentasse problemas referentes à escolaridade de seus componentes. Os acampados enfrentavam problemas como a falta de assistência técnica, falta de infraestrutura e o baixo nível de escolaridade. Tais problemas dificultavam a produção, a comercialização do que era produzido e a autonomia dos

acampados. No acampamento eram exploradas culturas agrícolas de subsistência, como macaxeira, maracujá, abacaxi, milho, feijão, banana, dentre outras, cujos produtos eram direcionados ao consumo familiar, sendo os excedentes destinados ao mercado. É inegável a situação de vulnerabilidade encontrada no cenário, tendo em vista as péssimas condições de vida dos mesmos. Esses dados reforçam a necessidade de atividades de orientação técnica, de extensão rural para essas comunidades, tendo em vista a ampliação de produção e geração de renda para as famílias.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. F.; BEZERRA, C. As potencialidades socioeducativas dos assentamentos da reforma agrária. Ponencia presentada al In: VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, *Anais...* Porto de Galinhas, 2010.

CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília: MDA, 2007. 398 p.: il.

COSTA, J. H. Q. **Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado de Alagoas.** 286f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas. UFPEL, Pelotas, 2016.

COSTA, J. H. Q.; FERNANDES, L. A. O. **Assentamentos Rurais vinculados ao INCRA, em Alagoas, em 2012.** UFPEL, PELOTAS - RS – Brasil.

EMBRAPA. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação,** 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. **Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos de luta pela terra** – São Paulo, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2016.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MEDEIROS, L. S. Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar.** In: Embrapa, artigos, 2004.

SÁ, M. R. de. Diagnóstico sociocultural de camponeses egressos de um projeto de alfabetização do programa nacional de educação na reforma agrária em Alagoas - BR. **Cadernos CERU**, v. 21, n. 1, p. 181-202. 2010.



## ***Brazilian Journal of Development***

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v . 18, n. 51, p. 99-12, 2003.